

## Alternativas socialistas, experiências solidárias: luta pela terra, reforma agrária e cooperativismo no Brasil e em Portugal

Socialist alternatives, solidarity experiences: Land struggle,  
agrarian reform and cooperatives in Brazil and Portugal

Caetano De Carli<sup>1</sup>

caetanodecarli@gmail.com

---

**Resumo.** Este artigo irá tratar das experiências de reforma agrária no Sul de Portugal e no Sul do Brasil enquanto pontos de interseção das alternativas socialistas e das experiências solidárias. Para isso iremos, primeiramente, realizar um ensaio teórico a respeito da reforma agrária no Brasil e em Portugal, para posteriormente abordar os pontos de diálogo entre a economia socialista, o cooperativismo e a economia solidária. Enfatizamos que as experiências de economia solidária podem ser encontradas em muitas das experiências passadas do que se convencionou chamar de experiências socialistas. Nesse sentido, almeja-se tratar as experiências solidárias do passado a partir do que Santos (2002) define como Sociologia das Ausências e das Emergências. No caso brasileiro, iremos nos ater a um ensaio teórico sobre o cooperativismo no MST, através de pesquisa bibliográfica. No caso português, o caso debatido será o da UCP Terra de Catarina, em Baleizão, tendo como objeto de análise a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental no Arquivo da Reforma Agrária de Montemor-o-Novo e entrevistas a partir da metodologia da história oral. O objetivo do artigo é refletir sobre experiências solidárias que se estabeleceram na luta pela terra no Brasil e em Portugal, particularmente na emergência do cooperativismo agrícola enquanto um paradigma produtivo das áreas de reforma agrária. Não se quer dizer com isso, entretanto, que o cooperativismo seja o único modelo possível de alternativa produtiva para áreas de reforma agrária, mas sim, afirmá-lo como um modelo possível perante várias possibilidades de experiências solidárias.

**Palavras-chave:** reforma agrária, economia solidária, cooperativismo.

**Abstract.** This article debates the experiences of land reform in the South of Portugal and the South of Brazil as points of intersection of the socialist alternative and solidarity economy experiences. For this purpose, we will make a theoretical essay about agrarian reform in Brazil and Portugal. Then, we will present the points of dialogue between the socialist economy, the cooperative and solidarity economy, emphasizing that the experiences of solidarity economy can be found in many past experiences that came to be called socialist experiments. In this sense, the aim is to treat the common experiences of the past from on the basis of which Santos (2002) defines as Sociology of Absences and Emergence. In the Brazilian case, we will stick to a theoretical essay on cooperatives in the Movement of the Landless Rural Workers (known in Brazil as MST), through a literature review. In the Portuguese case, we approach the UCP Terra de Catarina in Baleizão, through a literature review and documentary research in the Archives of Agrarian Reform in Montemor-o-Novo. We also used interviews based on the methodology of oral history. The aim of the paper is to reflect on common experiences established in the struggle for land in Brazil and Portugal, particularly the emergence of agricultural cooperatives as a productive paradigm in the areas of land reform. We do not mean, however, that cooperatives are the only possible model of alternative production for land reform areas, but rather to affirm them as a possible model within various possibilities of solidarity experiences.

**Keywords:** agrarian reform, solidarity economy, cooperatives.

---

<sup>1</sup> Doutor em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Colégio São Jerónimo Apartado 3087, Coimbra, Portugal.

## Introdução

Este artigo visa debater as experiências de reforma agrária no Brasil e em Portugal sob a perspectiva da economia solidária, enfatizando, nesse conceito, a busca por uma alternativa de produção ao capitalismo. Afirma-se, com isso, que houve certa similaridade em alguns projetos alternativos colocados em voga por grupos de inspiração socialistas com o que se convencionou chamar de economia solidária.

Nesse ponto, destaca-se que, da mesma forma que é verdade que nem todas as experiências socialistas podem ser consideradas experiências solidárias, também se acredita que nem todas as experiências socialistas podem ser colocadas no mesmo bojo da crítica ao “socialismo real”, já que muitas instituíram alternativas concretas, pelo menos em escala micro, à economia tipicamente capitalista.

O cerne dessa afirmação é a abordagem que Santos (2002) traz-nos na Sociologia das Ausências e das Emergências, segundo a qual muitas das experiências passadas que não corresponderam a uma experiência hegemônica são colocadas na esfera do ilógico, do irracional, invisíveis ou atrasadas. O que se quer reiterar nesse artigo é que, ao debater a economia solidária, deve-se ter uma amplitude temporal maior, estabelecendo um exercício de sociologia das ausências, ao creditar as experiências emancipatórias e solidárias no passado, e uma sociologia das emergências, ao referir a possibilidade de experiências emancipatórias e solidárias no presente e no futuro.

Esse artigo se propõe a apresentar um ensaio teórico sobre conceitos de reforma agrária, economia solidária e cooperativismo, por entender, assim como Singer (2000), que há uma correlação teórica entre os pressupostos da economia solidária e algumas ideias estabelecidas nas experiências socialistas.

Isso, no que diz respeito às experiências de reforma agrária no Brasil e em Portugal, torna-se bastante evidente. Para o caso brasileiro, iremos nos ater a uma perspectiva histórica da ideia de cooperativismo no MST, passando desde um modelo a ser adotado por todos os assentamentos de reforma agrária a um modelo de produção possível, dentre vários outros. As fontes que irão ser utilizadas para esse caso serão fontes bibliográficas. No caso português, iremos debater o caso da UCP Terra de Catarina, estabelecendo, para tal, uma metodologia de entrevistas dentro do paradigma da história oral, bem como pesquisas documentais no Ar-

quivo da Reforma Agrária de Montemor-o-Novo e no Centro de Documentação 25 de abril.

As experiências de reforma agrária no Brasil e em Portugal foram formas de políticas públicas que se inspiraram nas teorias socialistas e foram implementadas por movimentos e partidos políticos de tradição marxista, mas num contexto geral de economia capitalista. Em ambas as experiências, adotou-se o modelo do cooperativismo como forma alternativa de produção ao capitalismo, ou ao latifúndio tradicional. Esse modelo nem sempre se configurou numa forma de administração centralizante tais quais as *kolkhozes* soviéticas. Essa crítica, comum às experiências de reforma agrária, é anacrônica por desconsiderar as diferenças entre o momento histórico vivenciado por Brasil e Portugal (considerando a democratização política e o protagonismo dos movimentos camponeses nesses países) e o stalinismo instalado na União Soviética a partir da morte de Vladimir Lênin, em 1923 (Singer, 2000).

Em contraposição a essa crítica, o texto busca esmiuçar com detalhes essas experiências, não para estabelecer um modelo de cooperativismo ou de reforma agrária a ser seguido, mas para inserir as análises em tela, como formas de experiências possíveis, que se configuraram solidárias e contra-hegemônicas ao capitalismo.

Esse artigo não visa estabelecer que tais experiências foram ausentes de falhas e problemáticas. Tal qual outras experiências de economia solidária no Brasil e em Portugal, as falhas e os problemas fazem parte da prática real dos agentes sociais que buscam alternativas ao modelo hegemônico de produção, o que, entretanto, não invalida tais experiências.

Para debater esses casos de reforma agrária e os pontos de interseção entre essas experiências e a economia solidária, iremos primeiramente abordar os aspectos gerais da reforma agrária no Brasil e em Portugal, para depois mencionarmos os conceitos de economia solidária, economia socialista e cooperativismo e, por fim, nos ateremos sobre casos específicos da reforma agrária no Brasil e em Portugal.

## A reforma agrária no Brasil e em Portugal

No prisma sociológico, a reforma agrária é uma categoria heterogênea, que abrange vários significados e múltiplas dinâmicas sociais. Pode representar qualquer reforma política social que visa à desapropriação de

terras por trabalhadores camponeses ou pelo Estado com a intenção de atenuar a desigualdade fundiária. Pode ser compreendida, ainda, dentro de um sintetismo comum aos movimentos camponeses, como “ceder a terra para quem nela trabalha”.

Hespanha sugere que a reforma agrária deva ser tratada sob duas perspectivas principais – uma enquanto política pública, outra como movimento social<sup>2</sup>. Na primeira perspectiva, a reforma agrária seria fruto último da ação do Estado – decorrente da pressão combinada ou não de movimentos sociais ou dos setores mais ativos do capitalismo agrário interessados em superar as barreiras da propriedade fundiária absentista e do latifúndio improdutivo. Na segunda perspectiva, a reforma agrária significa o elemento discursivo de uma demanda social própria dos movimentos camponeses, materializando-se em mobilização de massas, com seu momento mais efetivo nos movimentos de ocupação de terras e na organização de formas de produção alternativas. Estas duas perspectivas facilitam compreender a integridade da reforma agrária em seu conjunto, visto que a particular funcionalidade de cada tipo de reforma agrária ocorre seguindo dinâmicas diferenciadas, ainda que correlacionadas.

A ocorrência histórica da reforma agrária também é diversificada, já tendo a mesma sido materializada sob diversos formatos, por vezes inter-relacionados. Assim, a reforma agrária pode ser materializada por ações de movimentos sociais camponeses, por um ator estatal com planejamento estratégico centralizante, ou como um projeto desenvolvimentista em termos capitalistas, ou com alguns desses fatores correlacionados.

Em aspectos genéricos, há uma relação direta entre reforma agrária e concentração fundiária. “A reforma agrária num determinado país é tanto mais necessária quanto maior for a desigualdade da distribuição da terra e mais numerosa a sua força agrícola atuante” (Silva, 1971, p. 22). A reforma agrária envolve diretamente a questão da desapropriação de terras e, em alguns casos, o reconhecimento de territórios comunitários tradicionais. De acordo com Silva:

*Reforma agrária é o processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo*

*Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política (Silva, 1971, p. 38).*

Ou seja, não há formas de se pensar a reforma agrária sem a associação direta com a desapropriação das terras e alterações substanciais na estrutura fundiária em níveis locais e regionais.

Os objetivos da reforma agrária também variaram com o tempo e espaço. Em termos de projeto político, a reforma agrária desempenhou ora um viés desenvolvimentista, ora um socialista. Por um lado, a reforma agrária favorece a circulação do capital, a ampliação do mercado interno nacional, a formação de uma classe média rural e o aumento de produtividade no campo. Por outro, ataca um dos pilares fundamentais do sistema capitalista: o direito de propriedade. Constata-se a existência de uma corrente de pensadores, tanto no Brasil, quanto em Portugal, que defendia a reforma agrária, mesmo sem a considerar um rompimento com o regime capitalista. O discurso nacional-desenvolvimentista foi mais efetivo para se tentar convencer a burguesia, as camadas médias urbanas e os formadores de opinião de que o projeto da reforma agrária era viável economicamente e seria benéfico ao país. A maioria dos casos de militantes e intelectuais favoráveis da causa agrária, entretanto, era composta por membros de organizações sociais e políticas de esquerda (Stédile, 2005). Havia, portanto, uma tendência de alargar o debate da reforma agrária para um horizonte pós-capitalista.

O debate da reforma agrária nos dias de hoje ultrapassa a questão do nacional-desenvolvimentismo na medida em que, com a inserção do capitalismo financeiro no setor agropecuário – a agricultura camponesa e o *agribusiness* tornaram-se dois projetos incompatíveis um com o outro. Os movimentos camponeses, precisamente a Via Campesina, debatem a reforma agrária sob o viés do antagonismo com o sistema capitalista. Com isso, a luta contra tal sistema torna-se o ponto-chave da bandeira dos movimentos camponeses.

No caso brasileiro, a reforma agrária se consolidou numa pauta proposta por movimentos camponeses, católicos progressistas, técnicos de governo e também pela ala conservadora da Igreja Católica, pela Aliança Nacional pelo Progresso, e a própria cúpula decisória do regime militar. Na década de 1980, com o surgimento

<sup>2</sup> Comentário na defesa do projeto de doutoramento em 17 de julho de 2011.

e a expansão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em todo o território nacional, bem como de uma série de movimentos sociais urbanos e rurais, o projeto de reforma agrária ganhou outros contornos, em torno de uma agenda política da esquerda brasileira, que incluiu o desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza. Em parte, a reforma agrária foi defendida pelo MST por essas duas vias: como elemento primordial para executar um plano de fortalecimento do mercado interno e da produção nacional (já que iria acabar com a improdutividade no campo), mas também como o principal pilar para se construir uma sociedade mais justa, nesse caso, o socialismo. Na década de 90, principalmente a partir de 1996, a mobilização social capitaneada, entre outros movimentos, pelo MST, conseguiu estabelecer a reforma agrária como prioritária na agenda política nacional, materializando-se em uma infinidade de acampamentos e assentamentos espalhados pelo Brasil (Stédile, 1995). Na primeira década do século XXI, mesmo com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), histórico aliado do MST, ao Governo Federal, a reforma agrária, enquanto política pública, está relegada, em detrimento de uma agenda política que tem como prioridade a elevação do Brasil ao parâmetro de potência econômica mundial, paralelo a um bem-sucedido projeto assistencialista de erradicação da miséria e ao surgimento de uma 'nova classe média' urbana.

No caso português, a reforma agrária foi decorrente de um grande e efervescente período de mobilização dos trabalhadores rurais, nos anos subsequentes ao 25 de abril de 1974. As motivações dos movimentos sociais rurais nos *Campos do Sul* (Baptista, 2010) são diversas, mas possuíram alguns aspectos comuns. Dentre eles, a péssima condição de vida dos agricultores, as relações dos latifundiários com o aparelho repressor do Estado Novo, o vácuo no poder e a simpatia do Movimento das Forças Armadas (MFA) à reforma agrária, o que permitiu uma oportunidade política para um massivo processo de ocupação de terras nessa região, no "Verão Quente" de 1975. Particularmente no distrito de Beja, esse movimento teve forte influência do Partido Comunista Português (PCP), bem como todo o planejamento das áreas ocupadas, seguindo o modelo coletivo de produção. As UCPs materializaram-se nas Zonas de Intervenção de Reforma Agrária (ZIRA) por todo o território alentejano e parte do Ribatejo e Algarve. Baptista coloca que "de março a novembro

de 1975 foram ocupados no Sul do País mais de um milhão e cem mil hectares, em que se estabeleceram cerca de quinhentas unidades de produção geridas por coletivos de trabalhadores" (Baptista, 1986, p. 411). A situação política vivenciada por Portugal no pós-25 de abril também favoreceu esse processo, já que diversas organizações populares em várias esferas da vida pública assumiram o poder político regional e local, desenvolvendo várias intervenções participativas, sobrepondo-se, muitas vezes, ao controle estatal (Baptista, 1986, p. 413). Nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, a organização do movimento de ocupação de terras teve um protagonismo maior. A reforma agrária portuguesa, entretanto, foi totalmente desarticulada por um movimento contrarreforma que decorreu desde o princípio do movimento de ocupação de terras. As primeiras ações conservadoras após o 25 de abril levaram à descapitalização de terras, com tráfico de gado, destruição de lavouras, regadios e instrumentos agrícolas (Baptista, 2010). Com a ascensão do Governo de Mário Soares, do Partido Socialista (PS), em fins de 1975, houve um claro retrocesso às políticas de Reforma Agrária, principalmente na gestão do Ministro da Agricultura e Pesca Antônio Barreto. Apesar de haver garantias constitucionais da aplicação da reforma agrária, a lei Barreto ocasionou o início de uma política que iria desarticular totalmente o movimento de reforma agrária português. Assim, por um lado se intensificava o processo de devolução de terras aos antigos proprietários, por outro o completo desamparo público às zonas de reforma agrária, ocasionando a falência da maioria das UCPs e a subsequente reapropriação fundiária.

A reforma agrária, por fim, é uma política pública que teve sua eficácia comprovada ao longo da história, seja em países de economia capitalista ou socialista: distribuição de renda, combate à pobreza e aumento de produtividade de gêneros alimentícios. Foi sob essa eficiência que, no século XX, a reforma agrária representou uma bandeira levantada por partidos políticos e movimentos sociais, independentemente de seu teor ideológico. Nos casos brasileiro e português, tanto o movimento de ocupação de terras no Alentejo como os movimentos sociais de reforma agrária no Brasil, em especial o MST, são movimentos de inspiração socialista, que tentaram fazer da reforma agrária uma alternativa à produção capitalista. Nessa tentativa, sobressai-se a ideia de cooperativismo como

o baluarte de um modelo ideal de produção nas áreas de reforma agrária nos dois países.

### **O cooperativismo agrícola, a economia socialista e a economia solidária**

O cooperativismo emergiu no Ocidente como um modelo de produção diferenciado do modelo tradicionalmente adotado de exploração da mão de obra no capitalismo. Alguns dos seus princípios tiveram clara inspiração nas ideias do socialismo utópico. Essas experiências foram, entretanto, colocadas em segundo plano com a emergência do socialismo científico.

O socialismo científico não forneceu um panorama mais específico sobre a materialização do que viria a ser uma sociedade socialista, para além da apropriação direta dos meios de produção pelo proletariado. As experiências socialistas no Leste Europeu, por outro lado, elencam duas problemáticas que não foram respondidas por Marx e Engels em sua obra: (i) o crescimento do controle do Estado sob todos os níveis da produção e da vida dos indivíduos; e (ii) como dinamizar a operação das empresas estatais (produção, distribuição e consumo das mercadorias) uma vez apropriadas pelos trabalhadores. Assim que, segundo Singer, nem a visão de Marx e Engels fornece uma projeção clara do que viria a ser uma sociedade socialista, nem as experiências socialistas no Leste Europeu foram bem-sucedidas, em termos macro, mediante a centralização excessiva do Estado, o fechamento político e outras problemáticas já muito elencadas na crítica do socialismo real (Singer, 2002).

Todavia, algumas experiências de cooperativismo podem ser consideradas, em escala micro, como importantes referências a uma produção alternativa ao capitalismo, estabelecendo notáveis pontos de interseções com a economia solidária. Para se pensar no que viria a ser uma economia socialista, é necessário que nos atenhamos a metas menos ambiciosas, menos centralizantes e menos produtivistas. Para além de uma economia socialista ao molde da estabelecida no socialismo real, houve também uma economia socialista em pequena escala, emergida sob princípios solidários, que envolveu cooperativas, associações, movimentos sociais ou grupos de pessoas que se envolveram numa produção alternativa às relações tradicionalmente estabelecidas na produção capitalista.

Sob esse ponto de vista que Singer sugere *outro socialismo* a partir de uma nova regulação

democrática, participativa, descentralizada, pautada por aquilo que ele define como o *socialismo como autogestão*, ou, em linhas gerais, a *economia solidária*. A economia solidária se constitui, assim, como um modelo alternativo de produção ao capitalismo, mas que ao mesmo tempo o compõe. Essa ideia de convívio de distintos modos de produção é ressaltada pela assertiva de que

*o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses. Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa (Singer, 2002, p. 86-87).*

A economia solidária desenvolve-se, com isso, em nível local, do outro lado das fronteiras da sociedade burguesa, nos trabalhadores informais, nos catadores de lixo, nas empregadas domésticas, nas associações de moradores de favelas, nos sem terra (Santos, 2002). A base essencial de uma empresa solidária é, sob o ponto de vista teórico, a negação da

*separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela (Singer, 2002, p. 83).*

O cooperativismo, quando associado à economia solidária, é correlacionado a outra racionalidade comportamental, que não a mercantilizada, seja a partir do “individualismo societal” ou do direito à propriedade privada. O status da ordem da sociedade de consumo também é reconsiderado, para padrões de níveis de felicidade mais amplos e solidários (Hespanha, 2009, p. 52). As empresas sociais e as cooperativas, entretanto, não abandonam o empreendedorismo, vital para a viabilidade socioeconômica da iniciativa, mas o redirecionam sob a égide participativa, que abrange não somente os processos produtivos, como a distribuição dos ganhos e os postos de autoridade democratizados. Para Hespanha, “a saída empreendedorista representa uma valorização simultânea das vantagens da coopera-

ção em torno de objetivos de melhoria das condições de vida e da eficiência econômica para um uso mais adequado e flexível dos recursos, incluindo o trabalho” (Hespanha, 2009, p. 61).

Sobre as dinâmicas funcionais da empresa cooperativa, valores como “mobilização coletiva” e “gestão democrática” são colocados no processo empreendedor solidário devido, sobretudo, ao fato de que eles “estão indissociavelmente ligados à resolução de problemas de sobrevivência” (Laville, 2009, p. 15). Gaiger aborda ainda que tais iniciativas convivem com uma matriz de relações e recursos que passam tanto pela ótica mercantil quanto não mercantil e não monetária. “Elas igualmente rejeitam a exclusão entre o econômico e o social e procuram reconciliar a eficiência com a cooperação produtiva” (Gaiger, 2009, p. 86). Para Veronese,

*a emergência de modos mais solidários de produzir, distribuir e consumir evidencia as potencialidades positivas da contemporaneidade, que também engendra seus novos processos de subjetivação num sentido emancipatório, considerando a emancipação como liberdade para criar territórios existenciais singulares através de coletivos potentes (Veronese, 2009, p. 157).*

O cooperativismo, em termos solidários, segundo Santos e Rodriguez, consiste em um conjunto de “alternativas de produção contra-hegemônicas” ao individualismo liberal e ao capitalismo a partir de uma “concepção produtiva solidária” que abrange várias perspectivas, como a socialista, ecologista, de cristianismo libertário, de gênero e o saber local campesino (Santos e Rodriguez, 2002, p. 33-37). Na América Latina, as experiências de cooperativismo agrícola são detectadas antes mesmo das ideias socialistas no século XIX, precisamente no sistema comunitário asteca (dos Captulli e Altpetlatli) e nas missões jesuíticas na região de Sete Povos das Missões. Ambos os exemplos traziam consigo a experiência coletivista das terras e de bens as-

sociada a uma gestão parcialmente pautada na participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas dentro das tradições de parentesco asteca, e da autoridade jesuítica no caso dos indígenas, sob o aval de uma cosmologia religiosa (Cristoffoli, 2000, p. 10). Na Europa, o cooperativismo foi definido a partir de princípios teóricos do socialismo utópico e nos vínculos tradicionais de solidariedade das comunidades rurais. Em termos da filosofia ocidental, tal conceito é elaborado sob a experiência empírica de operários franceses e ingleses que fundaram e administraram coletivamente fábricas de sociedade de trabalhadores, influenciados e/ou diretamente apoiados por intelectuais como Robert Owen e Charles Fourier. Um dos principais dilemas elencados por esses pensadores refere-se à operacionalização das cooperativas numa economia de mercado e com a concorrência com outras empresas capitalistas (Santos e Rodriguez, 2002, p. 33-37). Isso define, de certa forma, os limites entre uma cooperativa sob aspectos solidários e uma cooperativa em estágio de se solidificar sob os mesmos princípios de empresas capitalistas (contrato de mão de obra assalariada, hierarquização social, ausência de democratização da participação nos lucros e nas decisões políticas).

O cooperativismo solidário deve ser pautado, com isso, por sete princípios chaves, segundo Santos e Rodriguez: (1) vínculo aberto e voluntário; (2) controle democrático por parte dos membros; (3) participação econômica dos membros; (4) autonomia da organização; (5) compromisso com a educação dos membros da cooperativa; (6) integração entre cooperativas; (7) contribuição para o desenvolvimento das comunidades locais (Santos e Rodriguez, 2002, p. 34).

Nos séculos XIX e XX, inúmeras cooperativas e experiências de gestão coletiva são adaptadas à realidade rural, como a zadruga (Iugoslávia), os ejidos (México), os kibutzim (Israel) e Mondragón (País Basco)<sup>3</sup>. Os kibut-

<sup>3</sup> Entre os exemplos considerados mais bem-sucedidos em termos de organicidade de uma rede de cooperativas que conseguiu se inserir no mercado global ao ponto de concorrer com grandes corporações empresariais, destaca-se o caso da Mondragón no país Basco. Para Forcadel, esse complexo cooperativo passou por um processo transitório de seus princípios fundadores de poder popular a uma constituição de um próprio *managed model* – que consegue articular a concepção democrática dentro da lógica de *managed* (Forcadel, 2005, p. 255-256). Segundo o autor, houve uma adaptabilidade dos princípios originais da Mondragón e do cooperativismo à realidade de mercado; e essa adaptabilidade não emergiu seguindo os padrões tradicionais do *manager*, mas sim em algo novo, híbrido. Taylor também coloca que a inserção do complexo Mondragón no mercado foi pautada por uma nova formulação da retórica de eficiência – conceito usualmente instrumentalizado às concepções de corte de custos e precarização do trabalho com graves exemplos sociais. O exemplo do país Basco se traduz num outro conceito de eficiência que – tal qual o anterior, tem como objetivo a competitividade de mercado, no entanto, sem grande parte dos custos sociais implícitos numa ortodoxia neoliberal (Taylor, 1994, p. 469). Tais observações sobre o complexo Mondragón são interessantes a se pensar a questão do cooperativismo para além da dicotomia entre relações de produção capitalista e socialista – onde é possível a constituição de cooperativas inseridas no mercado mesmo com um valor de eficiência que coexista com os princípios de participação implícitos nas teses solidárias.

zim israelenses foram constituídos dentro de normativas igualitárias, em razão da não circulação de dinheiro, da igualdade de trabalho entre homens e mulheres com pagamento dos serviços realizados diretamente em mercados<sup>4</sup> (Singer, 2000). Nos países do bloco socialista, foram desenvolvidos alguns modelos de gestão cooperativa, onde se inseriam

*a propriedade estatal (URSS e Cuba), propriedade comunal (China) e cooperativas camponesas de trabalho coletivo (Hungria, Checoslováquia, Bulgária, Romênia, Alemanha Oriental). Em alguns países socialistas manteve-se contudo a forma de pequenas propriedades familiares como forma dominante na agricultura (Polônia, Iugoslávia e Nicarágua) (Cristoffoli, 2000, p. 13).*

Em todos esses casos, foram verificados vários limites em relação à constituição de um cooperativismo solidário, como a existência de problemas em relação à autonomia da cooperativa frente a administrações de controle estatal, cristalização das tarefas laborais e dos cargos de direção, concentração de poderes nas mãos de poucos dirigentes e pouca participação decisória dos trabalhadores<sup>5</sup>. Esses limites, entretanto, não devem ser pontos de suporte para se estabelecer uma crítica generalista que invalide toda a experiência do cooperativismo rural. É necessário tentar compreender esses limites, em detalhados estudos de caso, para avaliar não somente as problemáticas do processo social, mas também suas potencialidades em contribuir com um sistema alternativo de produção no meio rural.

## O cooperativismo agrícola em áreas de reforma agrária do MST

O MST foi fundado em 1984 como um movimento social de luta pela terra que se originou a partir do trabalho de base realizado

pela Pastoral da Terra e pelos sindicatos rurais, cujos efeitos mais expressivos, até então, foram a Encruzilhada Natalino (1979) e a formação do MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra no Paraná). No seu programa inicial, dizia-se que os princípios gerais do MST eram:

*(1) Lutar pela Reforma Agrária já; (2) Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo; (3) Reforçar a luta dos sem terra com a participação dos trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários; (4) Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha, tirando o seu sustento e de sua família; (5) O Movimento dos Sem Terra deve sempre manter sua autonomia política (Programa de Reforma Agrária do MST em 1984 in Stédile, 2005, p. 178).*

A luta pela terra torna-se o foco prioritário do MST que tem como orientação ideológica o socialismo. A reforma agrária também se estabeleceu como uma política de transição para combater os laços de coronelismos e as heranças de um passado escravista e colonial (Martins, 1986). Com a formação dos assentamentos de reforma agrária, entretanto, o MST se viu obrigado a refletir sobre alternativas de produção possíveis, já que se notou que somente a conquista da terra não era suficiente para o bem-estar das famílias assentadas. Nos debates do setor de produção do MST, os dirigentes e lideranças de assentados notaram que a prática da agricultura de subsistência poderia ser melhor otimizada em termos produtivos, apesar de ter materializado uma condição de vida muito superior às existentes na condição legal de sem terra. Desde os primeiros anos de formação do movimento, o cooperativismo foi definido como estratégia para viabilizar social e economicamente os assentamentos de reforma agrária (Singer, 2002).

Em 1995, o MST estabelece uma nova proposta de reforma agrária mais objetiva e de-

<sup>4</sup> Apesar de possuir um sistema inovador de produção, as políticas de assentamentos israelenses sob o território palestino representam um dos principais efeitos das políticas de *apartheid* impostas pelo estado de Israel.

<sup>5</sup> No caso brasileiro, observa-se um cooperativismo constituído sobre o conjunto de relações pessoais, culturais, ideológicas ou tradicionais que se estabelecem entre uma sociedade de trabalhadores na autogestão de sua própria empresa a partir de princípios solidários. Há, com isso, uma congruência de fatores face a face que emerge no cooperativismo onde a simples formalização imposta pelas políticas públicas não é suficiente para dinamizar nem estabelecer a sua viabilidade econômica e social. Para o Estado nacional, entretanto, a formalização de cooperativas passa por uma série de burocracias e limites legais tão grandes que, na prática, temos tanto exemplos de ações cooperativas não formalizadas, mas pautadas sob o solidarismo, quanto cooperativas formalizadas operadas na ótica empresarial moderna. No Nordeste brasileiro, por exemplo, algumas das primeiras cooperativas não se inseriam entre os princípios elencados acima, mas foram criadas a partir de associações de grandes e médios proprietários para se beneficiar de programas públicos de fomento ao cooperativismo – eram pautadas, com isso, interesses políticos clientelistas (Caron e Sabourin, 2003, p. 153).

talhada do que os princípios gerais estabelecidos em 1984<sup>6</sup>. Nesta proposta, adiciona-se a pauta da luta pela terra, outras concepções, como segurança alimentar, direitos humanos, valores solidários, igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável, entre outros. Na área da produção, ganha maior enfoque a agroindustrialização e o cooperativismo. No capítulo específico sobre a posse e uso da terra, o programa estabelece que “a posse e o uso da terra poderá ser exercido de várias formas como: familiar, associação, cooperativa, de empresa comunitária, pública, etc., de acordo com as necessidades sociais de cada região” (Programa de Reforma Agrária do MST em 1995 *in* Stédile, 2005, p. 192). O cooperativismo estabelece-se como mais uma alternativa, dentre várias outras formas de organização da produção. Na região Sul, principalmente no final da década de 80 e início de 90, o cooperativismo vai ser encarado pelo setor de produção do MST como a forma prioritária de alternativa para a produção dos assentamentos de reforma agrária.

Sobre esse processo, Cristoffoli discute quatro experiências de cooperativas do MST fundadas nesse período, a COOPTAR – Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (Pontão-RS), a COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Paranacity-PR), a COOPCAL – Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre (Nova Laranjeiras-PR) e a COOPERUNIÃO – Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (Dionísio Cerqueira-SC). Tais cooperativas se caracterizam pela coletivização de terras e por representarem modelos bem-sucedidos em relação à viabilidade econômica e social de assentamentos. Esses casos empíricos carregam conteúdos intrínsecos que contribuem com o debate teórico a respeito dos processos de transição a uma economia mais solidária. Ressaltam-se, inicialmente, algumas condicionantes gerais a respeito da constituição de tais

cooperativas. Primeiramente, destaca-se que o sucesso no programa de medidas instituintes de cooperativismo está diretamente relacionado à viabilização econômica e à geração de renda das famílias assentadas. A experiência da COOPTAR evidencia essa assertiva. No início do assentamento havia mais pessoas ocupando a área do que a disponibilidade de terras para as famílias. O processo histórico de disputa da região (que data desde o episódio de Encruzilhada Natalino, em 1979, até a formalização do assentamento, em 1986) gerou desgaste nas famílias de agricultores, que, mesmo assim, em sua maior parte, continuaram na terra ou foram ocupar outras áreas. Tal situação não é diferente da que Gaiger verificou em algumas experiências de economia solidária em periferias urbanas que

*se deparam com infundáveis dificuldades. Lidam com situação de enorme instabilidade material, de sociabilidades cambiantes nas quais os indivíduos, premidos pelas circunstâncias, vêm em regime de solidariedade forçada, sem conseguirem transformá-la em valor e em norma interior da vida (Gaiger, 2009, p. 89).*

No caso da COOPTAR, num momento de crise financeira, instaurada pelas dificuldades dos primeiros anos de assentamento, tentou-se implantar uma série de iniciativas visando institucionalizar o cooperativismo, denominada de Laboratório Organizacional do Campo. Segundo Cristoffoli, verificou-se, entretanto, um alto número de reuniões e decisões e pouca viabilidade financeira de execução. Devido à aversão ao que o autor denominou de “reunionismo” – criou-se, posteriormente, um sistema de representatividade e delegações a partir de indivíduos escolhidos nos setores do assentamento ou de membros das famílias. Nota-se, nesse caso, uma tensão entre democratização e viabilidade, que conseguiu ser mediada sem necessariamente uma se sobrepor a outra. Sobre a participação dos assentados dentro das

<sup>6</sup> Como objetivos da reforma agrária, essa proposta estabelece que deve-se: “(a) Garantir trabalho para todos os trabalhadores rurais Sem Terra, combinando distribuição da terra com distribuição de renda e desenvolvimento cultural. (b) Produzir alimentação farta, barata e de qualidade a toda a população brasileira, em especial a que vive nas cidades, gerando segurança alimentar para toda sociedade. (c) Garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros. De maneira especial aos trabalhadores e, prioritariamente, aos mais pobres. (d) Buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual. (e) Difundir a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero. (f) Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhes direitos iguais. (g) Preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas, etc. de maneira a se ter um desenvolvimento autossustentável. (h) Implementar a agroindústria e a indústria como o principal meio de se desenvolver o interior do país. (i) Gerar emprego para todos os que queiram trabalhar na terra” (Programa de Reforma Agrária do MST em 1995, *in* Stédile, 2005, p. 188).



organícidades democráticas da cooperativa, Cristoffoli aponta que

*[c]om base nos dados analisados fica claro que a dinâmica democrática das cooperativas estudadas insere-se no espectro das experiências autogestionárias ao nível das unidades produtivas, mas também é possível concluir que não existe um padrão único que caracterize o processo democrático interno dessas experiências. Pode-se inferir que a dinâmica pela qual vai sendo configurado o processo participativo é condicionada por vários fatores, alguns gerais, mais ligados à noção de democracia de base em um sentido amplo e que se encontra difundida no seio da população (e que se entende por uma espécie de democracia direta, em que todos participem da tomada de todas ou da maioria das decisões) e outros mais específicos e ligados à experiência concreta dos membros de cada coletivo em especial e que vão configurando/institucionalizando aos poucos padrões diferenciados para cada coletivo, na forma de condução das questões internas, assim como condicionado aos sistemas técnicos (tecnologias produtivas) dominantes na organização (Cristoffoli, 2000, p. 77-78).*

A partir de tais experiências práticas, uma série de problemáticas decorreu no cotidiano e da vivência dessas cooperativas, tais como: o controle do trabalho dos cooperados (como efetuar a cobrança do trabalho sem autoritarismo), a necessidade de mediar trabalhos burocráticos com agropecuários, e a demanda de especialização e capacitação para renovar os gestores e os técnicos da cooperativa. Outros pontos que emergiram em tais casos foram a questão das hierarquias funcionais – principalmente nos cargos de coordenação e supervisão – e a dinâmica entre a rotatividade *versus* especialização de determinados serviços e equilíbrio técnico da formação. Nas tarefas de produção ligadas ao processo de cooperação no trabalho agropecuário, por exemplo, os processos de rotatividade produtiva e administrativa são mais efetivos do que em áreas mais complexas, como direção financeira. A experiência e eficiência do coordenador acabam institucionalizando uma naturalização funcional do exercício do dirigente no cargo. Verifica-se um bom nível de rotatividade em alguns casos, mas o ideal de rotatividade é, muitas vezes, prejudicado pela capacitação da pessoa em assumir determinadas funções mais específicas na direção. O papel da capacitação e formação é central nos processos dinamizadores de um cooperativismo mais complexo e se relaciona

diretamente com a dinâmica das rotatividades em serviços e cargos diretivos (elegíveis) mais específicos. Cristoffoli evidencia, em sua pesquisa de campo, uma boa média de assentados estudando nos centros de formação, o que dentro dos padrões da ruralidade brasileira é uma exceção.

Essas quatro cooperativas coletivas agropecuárias, por mais que tenham pontos de semelhança na dinamização do implemento da economia solidária, possuem redes específicas de operacionalização do cooperativismo, decorrente de problemas e situações particulares à história desses assentamentos. Os processos de transição ao cooperativismo, por mais que reúnam uma gama de elementos teóricos a respeito dos seus princípios, desenvolvem-se a partir de escolhas e problemas vivenciados pelos camponeses. Como afirma Cristoffoli,

*[c]onfirmou-se na pesquisa que a dinâmica democrática interna aos coletivos segue a concepção autogestionária, não havendo, porém um modelo único sendo aplicado. Cada experiência se configura a partir de uma noção geral de democracia direta difundida nos meios populares no Brasil, pela troca de experiência com diversas outras cooperativas coletivas vinculadas ao MST e pelas experiências vivenciadas pelos distintos grupos estudados (Cristoffoli, 2000, p. 269).*

Para além dessas experiências modelos, o fato é que também houve várias tentativas de implementação de cooperação com coletivização de terras que não foram bem-sucedidas, o que levou vários assentados a questionarem se esse modelo era de fato ideal sob qualquer circunstância. Muitos assentamentos, principalmente no Nordeste e Norte do Brasil, preferiram adotar o modelo de associativismo, e uma forma de cooperação em pequena escala (em hortas comunitárias, em maquinários comunitários) por exemplo. Assim que houve uma revisão em relação à adoção do modelo de cooperativas coletivas como o tipo ideal para a produção dos assentamentos pelo próprio setor de produção do MST. Atualmente, para o MST, o cooperativismo está associado a vários modelos escolhidos pelos assentados.

*Uns podem apenas trocar dias de serviço. Outros podem comercializar em conjunto. Outros podem ter uma associação de máquinas. Outros podem ter alguma linha de produção em comum. Outros podem estar em grupos coletivos. Outros podem estar ligados a uma cooperativa. Outros estão em uma cooperativa totalmente coletiva (CONCRAB in Singer, 2002, p. 106).*

A constituição de outra forma de produção é formatada por essa pluralidade de situações particulares – que podem ser sistematizadas através da vivência camponesa individual e coletiva desses processos, formatando uma pedagogia da prática. As experiências de cooperativismo – em nível ampliado (formalização de uma cooperativa que concorra com empresas multinacionais) ou específico (grupo de mulheres e jovens) – são, em si, um processo pedagógico riquíssimo para a formatação de um modo de vida solidário.

### O cooperativismo em áreas de reforma agrária no Sul de Portugal: o caso da UCP Terra de Catarina

A reforma agrária portuguesa foi um processo histórico que ocorreu nos campos do Alentejo, Algarve, Margem Sul e Setúbal, dentre os anos de 1975 até meados da década de 1980. Nesse período, em Portugal, os dois modelos principais de cooperativas foram: as UCPs, que eram unidades coletivas de produção, onde a terra pertencia à cooperativa, e as Cooperativas do Movimento Fraternidade Operária, onde a escala de produção e de número de trabalhadores era consideravelmente menor que nas primeiras. O primeiro modelo foi propagado sob influência direta dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Alentejo, coordenados politicamente pelo Partido Comunista Português (PCP). O segundo modelo foi propagado sob influência do primeiro ministro de agricultura e pesca do governo Mário Soares, Lopes Cardoso, diretamente vinculado ao Partido Socialista (PS). O caso a ser analisado nesse trabalho será a UCP Terra de Catarina, localizada em Baleizão<sup>7</sup>, freguesia de Beja.

Nos tempos do Estado Novo, a maior parte da população de Baleizão era composta de trabalhadores rurais temporários, em uma situação miserável. Manuel (Baleizão, 12/12/2012) relatou que

*a história da minha vida até era o que era. Hoje tinha pão e amanhã não tinha. [...] e assim andava na luta, uns com barriga cheia, amanhã com ela vazia. E depois ia para os montes comer o que o patrão dava das sobras dos criados a mesma, dos que andavam a comer. E a gente ia passando assim, um dia bem, um dia mal.*

Nesse tempo, a luta pela terra representava uma luta pela sobrevivência. O direito do Estado e a ação estatal sustentaram um sistema social, econômico e político que, no nível local, concentrou o poder político nos proprietários de terras. As forças de repressão do Estado Novo atuaram o tempo todo, a garantir esse sistema e para esse fim agiam com a finalidade de dispersar qualquer manifestação contrária. Essas manifestações ocorreram e, mesmo que não fossem capazes de derrubar esse sistema enquanto um todo, efetuaram significativas melhoras na vida desses trabalhadores.

Uma das opções mais frequentes para os trabalhadores rurais de Baleizão escaparem do controle político do Estado e da opressão social do latifúndio foi a migração. Assim, desde a década de 1930, houve um contínuo decréscimo da população. Em 1960, a população de Baleizão era de 3.083 habitantes e, atualmente, a população de Baleizão é de 1.056 habitantes.

Outra opção em relação a essa situação de miséria era um enfretamento mais direto ao latifúndio, que mediante as circunstâncias políticas do Estado Novo, se circunscreveram nas marchas contra a fome e na luta sindical. Na década de 1950, os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Baleizão organizavam-se sob a coordenação de uma célula clandestina do PCP. Como em outras aldeias do Alentejo, tentava-se atenuar a situação dos trabalhadores através da luta sindical, que teve como maiores pautas o aumento da diária de trabalho e a jornada das oito horas. Tais lutas, muitas vezes, representaram o máximo de rebeldia possível e tiveram um sangrento custo para os trabalhadores rurais em toda a região.

Em Baleizão, a luta pelas oito horas foi marcada pelo assassinato de uma militante do PCP, Catarina Eufémia, uma jovem de 23 anos, mãe de três filhos, que foi baleada pelo tenente Carajola da Guarda Nacional Republicana (GNR) com uma criança de colo ao peito, quando fazia a paralisação. Como afirma Fernandes, através de Catarina Eufémia, “Baleizão ganhou fama como bastião da revolta dos alentejanos”; entretanto, a sua história não foi um episódio isolado (Fernandes, 2006, p. 23). Representou uma luta contínua que teve nesse fato, o mais conhecido. A situação geral do trabalho agrícola no Alentejo era muito grave. Muitas vezes, os trabalhadores eram obriga-

<sup>7</sup> Baleizão é uma freguesia do conselho de Beja, com área geográfica de 138,25 km<sup>2</sup>, situada às margens da rodovia N260, que liga a referida capital de distrito a Serpa. Essa localidade é composta de duas aldeias, uma mais antiga, a Aldeia de Baixo, outra mais recente, a Aldeia de Cima.

dos a andar uma grande distância para chegar à hora certa no serviço. Pedro (Baleizão, 13/12/2012) descreve que “Quando nasceu o sol tínhamos que estar lá ao pé do trabalho. E depois saímos ao pôr do sol do trabalho e até íamos a pé para casa”. Em depoimento que data de 1974, uma trabalhadora relata que

*íamos para o campo a pé, distanciando por vezes o local de trabalho 4 ou 5 km da aldeia. Se começava a chover, mandavam-nos para casa. Resultado: andávamos 8 ou 10 quilómetros debaixo de chuva e não recebíamos um tostão. Depois [...] Bem, depois era a fome, durante semanas e semanas*<sup>8</sup>.

Em contraste discrepante com a situação social e política dos trabalhadores rurais de Baleizão, a vida dos proprietários era muito diferente. Os proprietários de terra viviam isolados da vida das aldeias. “Muitos deles têm casa em Beja mesmo que não residam aí permanentemente”, e algumas habitações dos proprietários “são verdadeiramente opulentas” (Fernandes, 2006, p. 29).

A efervescência política em Baleizão durou entre meados da década de 1950 a meados da década de 1960. Após esse período, a luta arrefeceu, a pressão demográfica diminuiu, com migrações especialmente para Lisboa e para o estrangeiro. Um fator para o arrefecimento dessa luta foi o processo de mecanização agrícola. A modernização dos meios de transportes também teve influência na migração. Em tempos mais antigos, a migração se fazia a pé ou com mulas, o que facilitava uma relação de dependência dos habitantes de Baleizão aos proprietários de terras da localidade. Com as estradas, as ferrovias, os trens e os ônibus facilitou-se a busca de trabalho para o estrangeiro ou nas zonas industriais que começavam a florescer em Portugal.

Assim que na altura do 25 de abril de 1974, quando o Movimento das Forças Armadas, com amplo apoio popular, derrubou o regime fascista, a luta política em Baleizão havia sido arrefecida. Mesmo assim, o 25 de abril foi indubitavelmente um momento de grande esperança em Baleizão. Passado os dias, aos poucos, os imigrantes retornavam à aldeia, o sindicato se oficializava e começava

a exigir dos proprietários de terras melhores condições de salários. Havia uma crença no protagonismo histórico do povo. Essa crença foi uma das mais importantes motivações dos trabalhadores rurais em Baleizão para se organizarem e fundarem as comissões de trabalhadores e depois a UCP Terra de Catarina. O 25 de abril, afinal, alimentava um sonho. E sobre esses sonhos e esperanças que se travou a reforma agrária em Baleizão, tal qual em outras áreas do Sul de Portugal.

Em termos de organização política, após o 25 de abril inicia-se um fortalecimento da articulação sindical na região. Como afirma Baptista, Beja era o distrito de maior presença sindical no Alentejo, e sua extensão decorria “a quase todos os concelhos e a numerosas freguesias” (Baptista, 2010, p. 97). O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja é fundado em 2 de junho de 1974. Dezoito dias depois, em reunião com os representantes dos empresários agrícolas, recém-organizados pela ALA, assina-se uma “Convenção Coletiva de Trabalho” que instituiu direitos elementares aos trabalhadores rurais de Beja. Estabelecia também que a relação patronal passasse sob o crivo de comissões de trabalhadores rurais, criadas pelo sindicato em cada aldeia (Barros, 1986; Baptista, 2010; Fernandes, 2006).

Definiu-se, ainda, que essas comissões deveriam incluir somente os trabalhadores rurais da própria localidade, abrindo exceção, no máximo, a alguns trabalhadores de aldeias vizinhas. As comissões eram compostas em seu corpo diretivo, de dois delegados, um tesoureiro, um ajudante do tesoureiro e três fiscais. Para formar as comissões, o sindicato nomeou dois delegados para cada freguesia, com a condição que os mesmos “pertencessem à freguesia compreendendo-se nela as povoações ou lugares dela dependentes”<sup>9</sup>. Estabelecidas as comissões, os patrões eram obrigados a “requisitar os trabalhadores de que têm falta às Comissões Locais, preenchendo o boletim respectivo”<sup>10</sup>, centralizando-se assim as atividades laborais na relação direta com a entidade classista. Os trabalhadores também eram obrigados a pagar uma taxa simbólica de mil escudos ao sindicato, no ato de cadastro<sup>11</sup>.

<sup>8</sup> Simões e Pedro, *Revista Flama* (agosto de 1974, p. 5, Centro de Documentação 25 de Abril. Coimbra).

<sup>9</sup> Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: Doc: STADB-B-A-001-MÇ002 (F1).

<sup>10</sup> Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-B-A-001-MÇ002 (V1).

<sup>11</sup> Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: Doc: STADB-B-A-001-MÇ002 (F1).

No Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, destacou-se a liderança de seu presidente, um dos principais dirigentes do processo de reforma agrária na região, José Soeiro, do PCP. Essa entidade, entretanto, não foi a única organização social participante da reforma agrária nesse distrito. Em julho de 1974 foi criada a “Liga dos Pequenos Agricultores”, que teve um papel ativo em todo o processo de luta pela terra do distrito de Beja, sendo também uma das principais organizações sociais apoiadoras da reforma agrária. Além disso, vai ser formado, na região, um movimento de cooperativas, ligado ao PS, chamado Movimento de União Cooperativo (MUC), associado à “Fraternidade Operária”, liderado por Lopes Cardoso. Esse movimento vai chegar a coordenar 53 cooperativas do distrito<sup>12</sup>. Desses movimentos, todavia, a maior organização em termos de número de filiados ou de área de terras ocupadas foi o sindicato (Baptista, 2010).

Em função da promulgação da primeira lei de reforma agrária, no IV Governo Provisório presidido pelo general Vasco Gonçalves, o Conselho Regional de Reforma Agrária de Beja assinou várias desapropriações “ao abrigo da Lei de Reforma Agrária”<sup>13</sup>. Assim que uma grande leva de ocupações de terras tomou conta do distrito de Beja até novembro de 1975. Ao todo foram ocupadas, no distrito de Beja, “110 unidades, cerca de 337 mil hectares e mais de dez mil trabalhadores permanentes” (Baptista, 2010, p. 194). Por essa altura, ganhou força o debate de que modelo de produção deveria ser

seguido por essas áreas da reforma agrária: o da produção coletiva ou parcelar<sup>14</sup>. Segundo Hespanha, no caso da reforma agrária portuguesa, circunstâncias históricas específicas direcionaram um modelo de reforma agrária, cuja participação camponesa foi mínima, direcionada, na maioria das regiões, a um público alvo único: o proletário agrícola. A opção de modelo de redistribuição de terras a esse público alvo-específico foi a Unidade Coletiva de Produção. Enquanto política de Estado, pensou-se, com a lei 77/77, redirecionar esse modelo de reforma agrária voltada ao proletário agrícola, para um modelo voltado ao pequeno proprietário, no qual a redistribuição de terras era direcionada à divisão individual parcelar. A esse processo Hespanha denominou de tentativa de desproletarização da reforma agrária portuguesa<sup>15</sup> (Hespanha, 1986).

No distrito de Beja, durante a fase de ocupação, muito foi debatido em relação ao modelo adotado pelas novas áreas de reforma agrária. O PCP e o sindicato defendiam que toda a terra deveria ser coletivizada seguindo o modelo de ocupação de terras noutros distritos. Algumas herdades ocupadas, entretanto, recusavam-se a aceitar tal modelo, optando por uma produção em pequenas cooperativas geridas por um número muito menor de trabalhadores do que as UCPs.

A UCP Terra de Catarina foi fundada em primeiro de Novembro de 1975, em assembleia realizada na casa do povo, na freguesia de Baleizão, na presença do sindicato. Assinaram a ata de fundação da UCP 44 mulheres

<sup>12</sup> Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-D-003-MÇ001 (6).

<sup>13</sup> Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (48).

<sup>14</sup> Sobre esse ponto destaca-se um longo debate envolvendo as teses sobre um modelo de reforma agrária. De um lado, as teses de Kautsky (1986) e Lenin (1984) de um latifúndio socialista. Para Kautsky, então, a opção de um novo modelo na agricultura passava pelo latifúndio socialista. “Na hora em que se formarem os latifúndios socialistas que não mais serão lavrados por pobres escravos assalariados, mas administrados por sindicatos abonados, constituído por pessoas livres e felizes, teremos, em lugar do referido êxodo rural, um êxodo mais rápido ainda, um êxodo urbano em busca do grande estabelecimento comunitário. A barbárie será eliminada, então, de todos os setores em que a mesma se fixou e ter proliferado isenta de qualquer contestação” (Kautsky, 1986, p. 269). De outro lado, as opções de Chayanov e Galeski, segundo os quais, nesse modelo, o campesinato trocava uma exploração, a do latifúndio, por outra, a do Estado. Para esses autores, pensando na economia familiar do camponês, o modelo de pequenas propriedades seria mais viável, notadamente nos casos em que o modelo de produção não era extensivo. “O critério mais apropriado para definir os diversos tipos de exploração dos camponeses deve ser a medida em que a fazenda possui as características de uma empresa ou de uma economia doméstica” (Galeski, 1972, p. 13). Para Chayanov, o pressuposto para definir qual seria o melhor modelo de produção agrícola, a exploração coletiva ou parcelar, deveria levar em consideração sobretudo a “oportunidade [...] para um homem trabalhando produzir no ano de trabalho uma quantidade maior de produtos do que é necessário para manter sua capacidade de trabalho e para garantir a oportunidade de sua família para viver e se produzir” (Chayanov, 1966, p. 26). Nesse sentido, para o autor, o modelo das *kolkhozes* possuía falhas no sentido em que se reproduzia uma situação na qual o camponês trabalhava muito e recebia de forma insuficiente para garantir o bem-estar da economia doméstica.

<sup>15</sup> Para Hespanha, “as condições políticas para a distribuição de terras surgiram, finalmente, com as eleições de Dezembro de 1979. Durante a campanha, a entrega de terras a pequenos agricultores na zona de reforma agrária aparecia como um dos tópicos-chave do discurso eleitoral dos partidos que compunham a AD” (Hespanha, 1986, p. 384).

e 70 homens, com idade média de 45 anos<sup>16</sup>. O texto final presente na ata registra que

*[a] constituição da nova unidade de produção [...] é resultante da consciência de classe dos trabalhadores rurais alentejanos, da firmeza e correção da sua luta. Terra de Catarina representa um passo decisivo para pôr fim à exploração capitalista, arrancar à miséria os trabalhadores rurais [...] criar condições para transformar a atrasada agricultura portuguesa, numa agricultura progressiva, base indispensável para uma vida desafogada das amplas massas trabalhadoras, na defesa do processo revolucionário a caminho do socialismo.<sup>17</sup>*

A UCP Terra de Catarina era composta pela herdade Paço do Conde e Anexas, com 1.974 hectares; Fonte dos Frades, com 639 hectares; Abernoa, Vale do Vinagre e Anexas, com aproximadamente 350 hectares; herdade da Rabadão, com 1.363 hectares; herdade da Tagarria e anexas, com 1.072 hectares; Quinta de São Pedro e anexas, com 3.286 hectares; Magra, com 640 hectares; Sesmarias Velhas, 287 hectares; Torre do Pendurão e Anexas, 197 hectares; e herdade da Cigana, com 97 hectares (Fernandes, 2006, p. 233-234). Cada herdade dessas possuía uma comissão de trabalhadores própria que elegia seus respectivos dirigentes. Os dirigentes da UCP eram eleitos em assembleia na Casa do Povo.

Em termos de trabalhadores, a UCP empregava 264 trabalhadores efetivos do sexo masculino e 21 do sexo feminino. Ainda contava-se com 3 trabalhadores eventuais e 93 trabalhadoras eventuais<sup>18</sup>. A maioria dos trabalhadores era de Baleizão, mas havia alguns das aldeias vizinhas. A jornada de trabalho circunscrevia-se a oito horas, começando às 8 e saindo às 17 horas. A UCP Terra de Catarina foi, até meados da década de 1980, uma área da reforma agrária estruturada, produtiva e que, efetivamente, provocou uma situação de pleno emprego em Baleizão. Percebe-se que o modelo de produção coletiva não destruiu o organograma produtivo da fazenda, mas o remodelou decisivamente em dois pontos cruciais: ampliou a níveis mais alargados o emprego

dos trabalhadores, atendendo assim a uma pauta histórica dos trabalhadores rurais baleizeiros, e o poder decisório foi democratizado, sendo a comissão diretiva eleita e as decisões importantes, que envolvessem as finanças da UCP, passaram a ser tomadas por assembleia ou plenária dos trabalhadores. As convocatórias das assembleias da UCP Terra de Catarina eram amplamente divulgadas. Algumas até saíam em jornais de circulação local, para a convocação da eleição, como, pelo menos, aconteceu em 1981<sup>19</sup>. Miguel lembra que o processo todo era de muita democracia interna:

*Para dirigir faziam-se eleições. O que, quando, e votavam nele. Não era assim, o gajo que aparecia. Discutia-se lá, isso eu não sabia, um dia, dois dias. Amanhã, fez-se uma agenda e ia pra rua e vinha outro. Era uma democracia muito direta. E pá, se era, porta-se; se não, corta! Vinha outro. Era um bocadinho isso. Era muita democracia direta (Miguel, Baleizão, 11/12/2012).*

Nas assembleias, geralmente, fazia-se a apresentação de contas, e tomavam-se “decisões de coisas mais importantes, como compra de máquinas, coisas do gênero. Tudo aquilo que era fora da gestão normal da UCP era apresentado aos trabalhadores, e depois os trabalhadores decidiam”. A periodicidade da assembleia era uma por ano, enquanto no mesmo período se realizava de três a quatro plenárias.

Em termos de trabalho, a produção da UCP era organizada a partir das antigas herdades. Francisco refere que

*[c]ada herdade tinha x pessoas conforme o tamanho da herdade, quantas terras tinham pra semear, ou gado pra guardar, ou tudo isso né, então cada herdade tinha sua conta de trabalhadores, nunca tinha perto de 70 trabalhadores. E tudo era organizado pela comissão de trabalhadores, tinha uma direção que se organizava as contas tudo isso, tínhamos um escritório aqui em Baleizão, começou-se a trabalhar lá e organizavam-se tudo isso. Como disse a pouco, a saída da matéria prima, de cereais, e tudo isso, tínhamos uma cooperativa em Beja que fazia, orientava tudo isso (Francisco, Baleizão, 12/12/2012).*

<sup>16</sup> Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (Fólio 1 V) STADB-H-001-MÇ020 (Fólio 2 F) STADB-H-001-MÇ020 (Fólio 2 V) STADB-H-001-MÇ020 (Fólio 3 F).

<sup>17</sup> Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (Fólio 1 F).

<sup>18</sup> Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (36).

<sup>19</sup> Documentação da UCP Terra de Catarina, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: UCPTC-B-A-001-CD001 (2).

O sistema de relações laborais da UCP caracterizava-se como diferente da típica relação patrão e empregado tradicionalmente referida no Alentejo. Entretanto, isso não quer dizer que o fato de não existirem patrões por si não fosse suficiente para solucionar os conflitos e contradições inerentes ao processo. Fernandes expõe alguns momentos de tensão entre os trabalhadores e o corpo diretivo da UCP:

*Na Quinta de São Pedro cada um tinha direito a levar uma ovelha para casa na altura da Páscoa, e podia pagar até Junho. Caso não pagasse, o montante seria deduzido do ordenado daquele mês. Quando chegou o final de Junho, aqueles que não tinham pagado viram os seus salários reduzidos. Os trabalhadores não gostaram e decidiram entrar em greve. As comissões de herdade disseram-lhes que, se não voltassem ao trabalho, não lhes seria pago o dia. Depois de muita discussão, decidiram abandonar a greve. Outras situações de conflito laboral estão registradas nas actas das reuniões da direção da UCP: “Foi a direção informada pelos responsáveis da Quinta de São Pedro que os trabalhadores da mesma se recusavam ao trabalho sem que antes recebessem o subsídio de férias, a direção não tomou nenhuma resolução por achar o problema controverso” (Fernandes, 2006, p. 120).*

Sobre a relação laboral na UCP, a autora ressalta a permanência das divisões sociais do trabalho, expressas em uma série de características como diferenciação salarial entre cargos, diferença salarial entre homens e mulheres, entre jovens de idade menor (Fernandes, 2006, p. 122). Essa permanência, entretanto, acabou sendo supervalorizada pela autora, já que não se ateu a uma série de condicionantes específicas que tornavam a relação laboral da UCP mais solidária do que uma empresa capitalista comum. A questão da produtividade e da empregabilidade, por exemplo, foi sem dúvida um dos diferenciais dos modelos de gestão da terra da UCP em comparação com o tradicionalmente envolvido na relação patronal. No modelo tradicional, como a prioridade maior é a maximização do lucro, o empresariado ou latifundiário não arriscava um investimento maior para ampliar a área produtiva, principalmente se esse investimento envolvesse a contratação de um grande número de trabalhadores. No modelo adotado da UCP, o lucro e a produção também eram importantes, mas

eram condicionados a uma empregabilidade massiva. No primeiro momento, para o caso da UCP Terra de Catarina, esse sistema funcionou. Entretanto, com a entrega das herdades aos antigos proprietários<sup>20</sup>, perdia-se área agrícola, produção e equipamentos, o que representava não somente uma descapitalização da UCP, mas um poderoso entrave à sua viabilidade econômica. Ficava cada dia mais difícil manter os trabalhadores numa área cada vez mais reduzida, o que remontou para a decisão dos cortes dos trabalhadores em prol da viabilidade e continuidade da UCP.

Mesmo sob esses contratemplos, geralmente os entrevistados lembram de forma positiva os tempos de trabalho na UCP.

O informante Zé (Baleizão, 14/12/2012) explica que a UCP “estava boa, toda gente trabalhava. Tinha aqui cento e tal, duzentas, tinha o povo todo a trabalhar. Nessa altura o povo estava todo lá trabalhando”. Já Manuel (Baleizão, 12/12/2012) fala que “nos primeiros anos é trabalhar e lutar pro que estava de posse da terra, semear e trabalhar pra coisa produzida, conforme produzia muito. Muito trigo, muita cevada, muito grão, muita fava, muita coisa que se produzia pros trabalhadores”.

Silveira (Baleizão, 11/12/2012), conta que “os lucros da terra eram divididos por todos e não só por este ou por aquele que detinha o poder. Mais ou menos isto que eu me lembro, que é a ideia que eu tenho da reforma agrária”. Essa ideia de divisão, entretanto, não era tão simples, pois havia uma querela entre o que deveria ser lucro repartido entre os trabalhadores e o que deveria ser investimentos para UCP.

Era disso que se tratava grande parte da oposição que alguns trabalhadores da UCP faziam ao modelo coletivista. Sobre os salários na UCP, fala-se que havia salários diferentes, reconhecendo, entretanto que “no trabalho igual havia salário igual”. Quando não se tinha trabalho, mandava-se limpar o monte, limpar o mato ou qualquer outro serviço. O importante era o trabalhador estar sempre ocupado e empregado.

Criava-se um sistema de produção, que, mesmo inserindo-se dentro de certos parâmetros capitalistas, mantinha alguns princípios alternativos. As UCPs, tal qual qualquer empreendimento solidário, de uma forma ou de outra inserido num sistema capitalista,

<sup>20</sup> O processo de entrega das herdades aos antigos proprietários foi o principal método de execução da contrarreforma agrária em Portugal. Ao final do processo no início da década de 1990, praticamente todas as terras que foram áreas de reforma agrária haviam sido entregues aos proprietários à luz da Lei 77/77, também conhecida como Lei Barreto.

não abandonaram o empreendedorismo, vital para a viabilidade socioeconômica da iniciativa, mas o redirecionaram sob uma égide mais participativa, que abrangeu não somente os processos produtivos, como a distribuição dos ganhos e uma maior democratização nos postos de autoridade (Hespanha, 2009, p. 61).

Houve, nesse processo, diversas problemáticas, tanto em nível de dilemas relacionados ao “centralismo democrático”, como problemas trabalhistas e demissões. Entretanto, tratar a experiência produtiva das UCPs meramente como “contraditórias” (por optarem por uma produção socialista e reproduzirem alguns aspectos da produção capitalista) constitui uma idealização do que seriam formas alternativas de produção; a idealização, conseqüentemente, torna a experiência tão distante do ideal, quanto o ideal distante do possível. Ao tratar essas experiências produtivas como tentativas de uma alternativa na produção agropecuária capitalista, reconhecendo as falhas e os insucessos, não se cai no equívoco de invisibilizar experiências alternativas passadas. Colocam-se as alternativas solidárias numa perspectiva mais tangível, dentro de limitações que fazem parte do processo, sem desmerecê-lo.

Sobre a UCP Terra de Catarina, ao longo da década de 1980, ela foi se desestruturando principalmente devido às dívidas contraídas pelo Crédito Agrícola de Emergência e ao desmembramento gradual da UCP, à medida que o governo entregou as suas terras novamente para os antigos proprietários. No início da década de 1990, a UCP foi destituída, e na única herdade que restou, de aproximadamente 700 hectares, criou-se uma cooperativa, a Bandeira de Esperança, que hoje funciona com seis cooperados.

## Conclusão

Nas análises sobre os processos de reforma agrária, são comuns dois extremos de análise: de um lado, valoriza-se o processo em si, sem atentar às problemáticas, e de outro, focam-se unicamente as dificuldades existentes visando estereotipar negativamente a reforma agrária.

Nas análises que se seguiram nesse artigo, nenhuma das duas formas usuais de análise foi utilizada. Isso porque se classifica a primeira forma como pouco rigorosa à perspectiva de tratar o processo social com a limitação da sua realidade; e a segunda acaba por ser incongruente com um processo que, em si, representou uma melhoria de vida material para

os agentes envolvidos e teve um saldo emancipatório positivo.

Além do que, percebe-se certa intencionalidade em sempre procurar o aspecto negativo da reforma agrária, o que acaba recaindo em falhas comuns aos processos históricos como um todo. Não há um tipo ideal em nenhuma circunstância histórica, ou seja, não há nenhuma organização ou processo social que não seja passível de problematizações, o que não quer dizer que ele seja, em si, um problema insolúvel. Nesse caso, enfatiza-se o pensamento de Rosa Luxemburgo, segundo o qual o próprio processo social revolucionário inclui um caráter pedagógico (de aprendizado) valioso para a classe trabalhadora, seja ele bem-sucedido ou não (Luxemburgo, 1991).

Nesse ponto, destacamos que tanto as experiências de economia solidária quanto de reforma agrária possuem falhas, problemas e obstáculos, que podem e devem ser alvo de investigação pela pesquisa social. Essas falhas e problemas de forma alguma inviabilizam essas experiências, por mais que alguns autores se esforcem em afirmar o contrário. Há motivações políticas para essa crítica virulenta contra a reforma agrária, possivelmente. Contudo, para os que estão realmente interessados em refletir sobre as possibilidades e alternativas ao modelo de produção capitalista, as experiências de reforma agrária no Brasil e em Portugal são uma importante evidência de protagonismo dos trabalhadores, em regime de autogestão, produção cooperada e vivência da solidariedade.

## Referências

- BAPTISTA, F.O. 1986. Trabalhadores agrícolas e agricultores familiares: dez anos de factos, debates e projectos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18-19-20:411-450.
- BAPTISTA, F.O. 2010. *Alentejo: a questão da terra*. Castro Verde, Ed. 100, 239 p.
- BARROS, A. 1986. *Do latifundismo à reforma agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*. Baixo Alentejo, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 636 p.
- CARON, P.; SABOURIN, E. 2003. *Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*. São Paulo, Embrapa Informação Tecnológica, 293 p.
- CHAYANOV, A.V. 1966. *The Theory of Peasant Economy*. Illinois, American Economic Association Homewood, 316 p.
- CRISTOFFOLI, P.I. 2000. *O desenvolvimento de Cooperativas de Produção Coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*. Curi-

- tiba, PR. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 306 p.
- FORCADELL, F.J. 2005. Democracy, Cooperation and Business Success: The Case of Mondragón Corporación Cooperativa. *Journal of Business Ethics*, **56**(3):255-274.  
<http://dx.doi.org/10.1007/s10551-004-5094-5>
- FERNANDES, M. 2006. *Terra de Catarina: do latifúndio à reforma agrária, ocupação de terras e relações sociais em Baleizão*. Oeiras, Celta Editora, 236 p.
- GAIGER, L.I. 2009. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **84**:81-100.  
<http://dx.doi.org/10.4000/rccs.401>
- GALESKI, B. 1972. *Basic Concepts of Rural Sociology*. Manchester, Manchester Press, 209 p.
- KAUTSKY, K. 1986. *A questão agrária*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Cultural, 277 p.
- HESPANHA, P. 2009. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **84**:49-64.  
<http://dx.doi.org/10.4000/rccs.390>
- HESPANHA, P. 1986. A distribuição de terras a pequenos agricultores – uma política para desproletarizar a reforma agrária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **18**:379-409.
- LAVILLE, J.L. 2009. A economia solidária: um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **84**:7-48.  
<http://dx.doi.org/10.4000/rccs.381>
- LENIN, V. 1984. *Aos pobres do campo*. Lisboa, Edições Avante, 102 p.
- LUXEMBURGO, R. 1991. *A Revolução Russa*. Petrópolis, Vozes, 110 p.
- MARTINS, J.S. 1986. *A reforma agrária e os limites da "Nova República"*. São Paulo, Editora Hucitec, 152 p.
- NAMORADO, R. 2009. Para uma Economia Solidária – a partir do caso português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **84**:65-80.  
<http://dx.doi.org/10.4000/rccs.396>
- SANTOS, B.S. 2002. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **63**:237-280.  
<http://dx.doi.org/10.4000/rccs.1285>
- SANTOS, B.S.; RODRIGUEZ, C. 2002. Para ampliar o cânone da produção. In: B.S. SANTOS (org.), *Produzir para viver*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 23-78.
- SINGER, P. 2000. Economia socialista. In: P. SINGER; J. MACHADO, *Economia socialista*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, P. 2002. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: B.S. SANTOS (org.), *Produzir para viver*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 81-130.
- SILVA, J.G. 1971. *A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* São Paulo, Zahar Editores, 284 p.
- STÉDILE, J.P. (org.). 2005. *A questão agrária: Vol. III – Programas de reforma agrária – 1946-2003*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 236 p.
- STÉDILE, J.P. (org.). 1995. *A questão agrária hoje*. 2ª ed., Porto Alegre, Editora da UFRGS, 322 p.
- TAYLOR, P.L. 1994. The Rhetorical Construction of Efficiency: Restructuring and Industrial Democracy in Mondragón, Spain. *Sociological Forum*, **9**(3):459-489.  
<http://dx.doi.org/10.1007/BF01466318>
- VERONESE, M.V. 2009. Subjetividade, trabalho e economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **84**:115-152.

Submetido: 15/01/2014  
Aceito: 22/08/2014